

RELATÓRIO ANUAL

2017

Relatório da Administração
Indicadores
Balço e Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas

Relatório da Auditoria
Parecer do Conselho Fiscal
Movimentação do FATES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício de 2017 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras – Sicoob Cecremef, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2017, o Sicoob Cecremef completou 56 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o Sicoob Cecremef obteve um resultado de R\$ 2.542.901,02 representando um retorno anual de 3,76% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 386.807.699,54. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 76.298.341,59. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$ 76.298.341,59	100%
--------------------	-------------------	------

Os vinte maiores devedores representavam, na data-base de 31/12/2017, o percentual de 4,37% da carteira, no montante de R\$ 3.337.431,12.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 401.167.135,41, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 14,35%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 15.055.192,80	3,75%
Depósitos a Prazo	R\$ 386.111.942,61	96,25%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 17,58% da captação, no montante de R\$ 70.525.378,04.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do Sicoob Cecremef era de R\$ 67.500.968,78. O Quadro de Associados era composto por 10.261 cooperados, havendo um acréscimo de 2,18% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "rating" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CECREMEF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 96,04% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem à diretoria executiva as decisões estratégicas e a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui ainda um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO e uma auditoria cooperativa realizada pela CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento do conselho e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 2016, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função complementar à Diretoria Executiva. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob Cecremef aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a ouvidoria do SICOOB CECREMEF registrou 51 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 51 reclamações, 38 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança, e aos colaboradores pela dedicação.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2018.

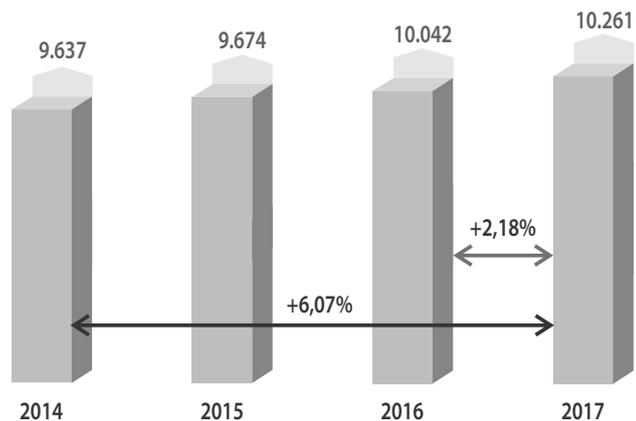
Francisco Carlos Bezerra da Silva
Diretor Presidente

Marcos Machado de Almeida
Diretor de Administração

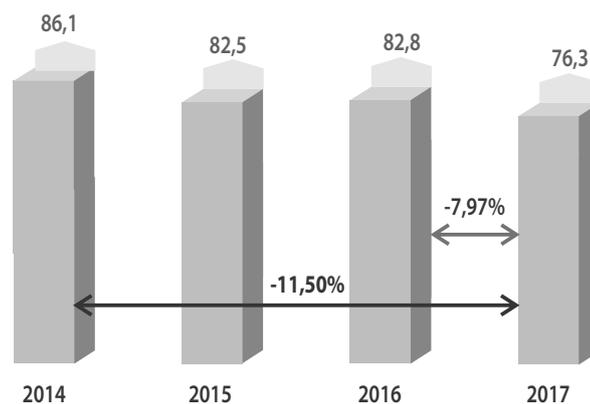
Agliberto Cravo Barroso
Diretor Financeiro

Hilton Pereira da Silva
Contador
CRC 2706/O-9

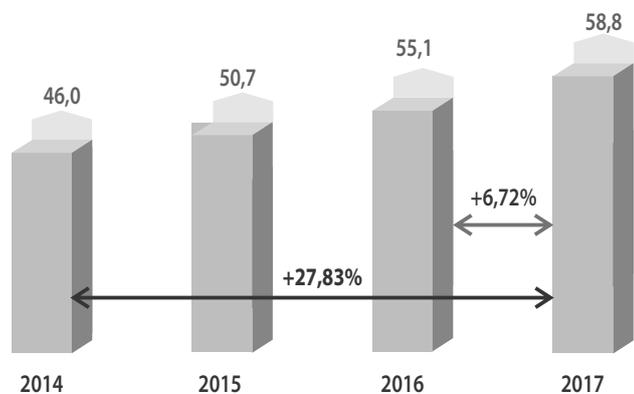
QUADRO SOCIAL



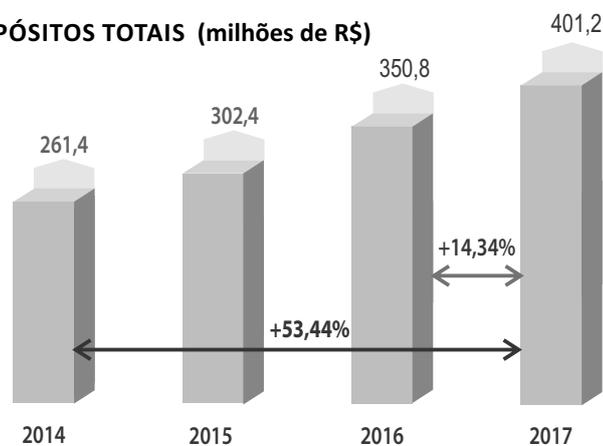
CARTEIRA DE CRÉDITO (milhões de R\$)



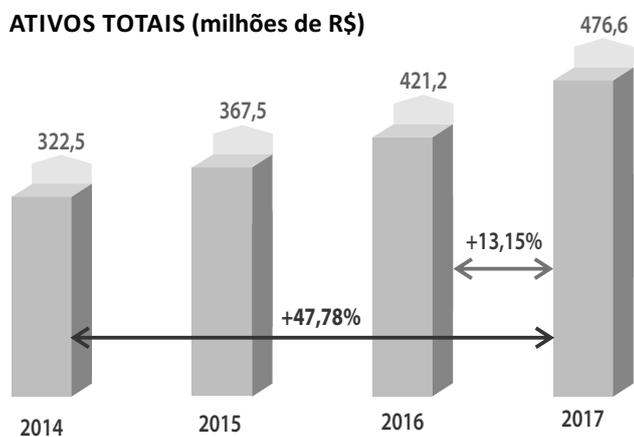
CAPITAL SOCIAL (milhões de R\$)



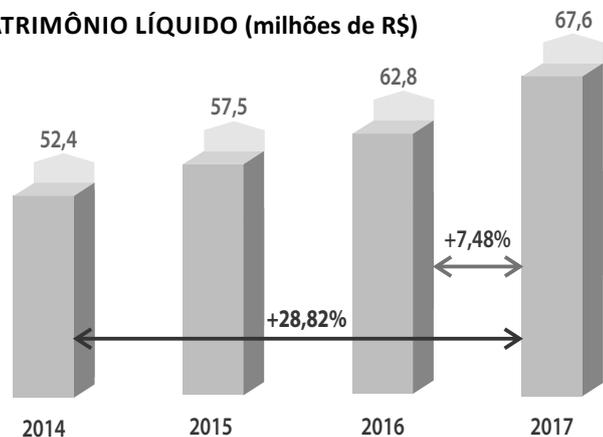
DEPÓSITOS TOTAIS (milhões de R\$)



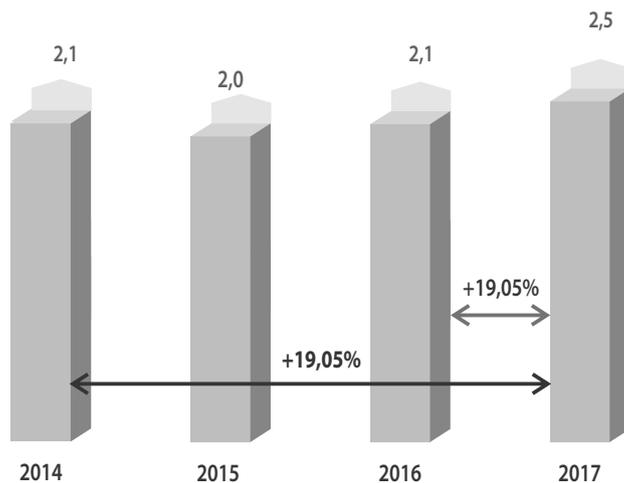
ATIVOS TOTAIS (milhões de R\$)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (milhões de R\$)



SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO (milhões de R\$)



BALANÇO PATRIMONIAL – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – NOTAS EXPLICATIVAS PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE – PARECER DO CONSELHO FISCAL

2017

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas
do Sistema Eletrobras Ltda - Sicoob Cecremef – CNPJ/MF nº 33.370.115/0001-27

BALANÇO PATRIMONIAL – EM REAIS

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		417.076.001,03	359.202.018,42
DISPONIBILIDADES	(NOTA 3.c)	225.334,06	218.460,89
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 4)	386.807.699,54	327.258.949,91
Centralização Financeira - Cooperativas		386.807.699,54	327.258.949,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 5)	29.325.617,40	30.964.530,38
Operações de Crédito		30.098.098,74	31.547.294,18
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(772.481,34)	(582.763,80)
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 6)	685.012,78	708.236,89
Rendas a Receber		119.038,26	112.427,78
Diversos		643.196,27	853.030,86
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(77.221,75)	(257.221,75)
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 7)	32.337,25	51.840,35
Despesas Antecipadas		32.337,25	51.840,35
NÃO CIRCULANTE		59.555.841,42	62.005.157,50
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		45.014.492,68	50.381.089,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 5)	45.014.492,68	50.381.089,45
Operações de Crédito		46.200.242,85	51.329.280,01
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(1.185.750,17)	(948.190,56)
PERMANENTE		14.541.348,74	11.624.068,05
INVESTIMENTOS	(NOTA 8)	10.856.446,50	7.529.625,10
Investimentos		10.856.446,50	7.529.625,10
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 9)	3.594.964,76	4.000.037,43
Imóveis de Uso		1.471.450,00	1.471.450,00
Outras Imobilizações de Uso		4.512.243,49	4.557.680,94
(Depreciação acumulada)		(2.388.728,73)	(2.029.093,51)
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	89.937,48	94.405,52
Outros Ativos Intangíveis		808.802,68	781.989,50
(Amortização acumulada)		(718.865,20)	(687.583,98)
TOTAL DO ATIVO		476.631.842,45	421.207.175,92
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		409.059.276,41	358.315.002,95
DEPÓSITOS	(NOTA 11)	401.167.135,41	350.826.933,09
Depósitos à Vista		15.055.192,80	10.618.558,65
Depósitos a Prazo		386.111.942,61	340.208.374,44
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	(NOTA 12)	45.000,00	-
Recursos em Trânsito de Terceiros		45.000,00	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 13)	7.847.141,00	7.488.069,86
Cobrança e Arrecadação de Tributos	(NOTA 13.1)	23.608,26	4.658,54
Sociais e Estatutárias	(NOTA 13.2)	3.706.852,15	2.511.271,32
Fiscais e Previdenciárias	(NOTA 13.3)	373.111,17	374.852,15
Diversas	(NOTA 13.4)	3.743.569,42	4.597.287,85
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		67.572.566,04	62.892.172,97
CAPITAL SOCIAL	(NOTA 15.a)	58.835.370,49	55.137.439,20
De Domiciliados no País		59.313.135,67	55.479.687,47
(Capital a Realizar)		(477.765,18)	(342.248,27)
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	(NOTA 15.b)	700.473,29	723.973,03
RESERVAS DE SOBRAS	(NOTA 15.c)	5.493.821,24	4.863.970,84
SOBRAS ACUMULADAS	(NOTA 15.d)	2.542.901,02	2.166.789,90
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		476.631.842,45	421.207.175,92

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS – EM REAIS

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2017	31/12/2017	31/12/2016
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.637.113,58	23.499.580,85	24.186.580,97
Operações de Crédito	11.637.113,58	23.499.580,85	24.186.580,97
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(15.822.097,14)	(35.880.609,06)	(42.472.497,23)
Operações de Captação no Mercado	(15.275.456,38)	(34.949.262,08)	(41.988.137,64)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(546.640,76)	(931.346,98)	(484.359,59)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.184.983,56)	(12.381.028,21)	(18.285.916,26)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	7.246.629,78	17.179.266,61	22.878.023,09
Receitas de Prestação de Serviços	456.807,37	817.872,59	416.437,95
Rendas de Tarifas Bancárias	59.100,99	107.485,99	95.233,00
Despesas de Pessoal	(5.669.112,04)	(11.761.386,86)	(11.096.766,61)
Outras Despesas Administrativas	(4.584.696,48)	(7.579.651,53)	(5.336.700,48)
Despesas Tributárias	(52.958,69)	(109.030,20)	(89.449,28)
Outros ingressos/rendas operacionais - Nota 18	18.177.198,98	38.406.534,56	42.278.782,09
Outros dispêndios/despesas operacionais - Nota 19	(1.139.710,35)	(2.702.557,94)	(3.389.513,58)
RESULTADO OPERACIONAL	3.061.646,22	4.798.238,40	4.592.106,83
RESULTADO NÃO OPERACIONAL - Nota 20	22.889,85	7.910,56	31.799,00
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	3.084.536,07	4.806.148,96	4.623.905,83
Provisão para Imposto de Renda	(24.341,24)	(65.687,60)	(42.184,44)
Provisão para Contribuição Social	(20.632,04)	(56.907,57)	(40.925,42)
Reversão da Reserva de Reavaliação - Nota 15.b	11.749,92	23.499,74	23.498,64
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	3.051.312,71	4.707.053,53	4.564.294,61
F A T E S - Atos não cooperativos - Nota 16	-	(184.622,68)	(254.213,46)
F A T E S - Atos Cooperativos - Nota 15.e	-	(1.349.679,43)	(1.285.974,75)
Reserva Legal - Nota 15.c	-	(629.850,40)	(857.316,50)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	3.051.312,71	2.542.901,02	2.166.789,90
Juros ao Capital - Nota 17	(809.957,49)	(1.889.292,27)	(2.421.460,31)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EM REAIS

	CAPITAL	(-) CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	Total
Saldos em 31/12/2015	50.978.502,79	(219.303,97)	747.471,67	4.006.654,34	2.039.544,50	57.552.869,33
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(2.022.369,79)	(2.022.369,79)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(14.786,15)	(14.786,15)
Ao Capital Social	2.388,56	-	-	-	(2.388,56)	-
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	4.137.498,56	(122.944,30)	-	-	-	4.014.554,26
Por Devolução (-)	(2.034.342,09)	-	-	-	-	(2.034.342,09)
Reversão de Reservas	-	-	(23.498,64)	-	23.498,64	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	4.540.795,97	4.540.795,97
Subscrição dos Juros ao Capital	2.395.639,65	-	-	-	-	2.395.639,65
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(254.213,46)	(254.213,46)
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva	-	-	-	857.316,50	(857.316,50)	-
F A T E S	-	-	-	-	(1.285.974,75)	(1.285.974,75)
Saldos em 31/12/2016	55.479.687,47	(342.248,27)	723.973,03	4.863.970,84	2.166.789,90	62.892.172,97
Movimentação de Capital						
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(2.143.029,73)	(2.143.029,73)
Sobras a pagar	-	-	-	-	(557,93)	(557,93)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(19.018,02)	(19.018,02)
Ao Capital Social	4.184,22	-	-	-	(4.184,22)	-
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	4.329.480,47	(170.644,83)	-	-	-	4.158.835,64
Por Devolução (-)	(2.351.333,88)	35.127,92	-	-	-	(2.316.205,96)
Reversão de Reservas	-	-	(23.499,74)	-	23.499,74	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	4.683.553,79	4.683.553,79
Subscrição dos Juros ao Capital	1.851.117,39	-	-	-	-	1.851.117,39
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(184.622,68)	(184.622,68)
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva	-	-	-	629.850,40	(629.850,40)	-
F A T E S	-	-	-	-	(1.349.679,43)	(1.349.679,43)
Saldos em 31/12/2017	59.313.135,67	(477.765,18)	700.473,29	5.493.821,24	2.542.901,02	67.572.566,04

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – EM REAIS

	2º SEMESTRE DE 2017	31/12/2017	31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/Perdas do Exercício	3.084.536,07	4.806.148,96	4.623.905,83
IRPJ / CSLL	(44.973,28)	(122.595,17)	(83.109,86)
Sobras/Perdas do Exercício Ajustado	3.278.442,59	5.164.921,96	4.984.775,63
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Operações de Crédito	5.763.668,80	7.005.509,75	(309.272,33)
Outros Créditos	(195.365,65)	23.224,11	418.762,97
Outros Valores e Bens	110.350,70	19.503,10	48.978,50
Depósitos à Vista	6.174.399,41	4.436.634,15	(1.107.267,81)
Depósitos sob Aviso	895.550,19	1.634.656,02	922.619,15
Depósitos a Prazo	20.388.679,06	44.268.912,15	48.573.280,83
Relações Interdependências	25.000,00	45.000,00	-
Outras Obrigações	(404.647,59)	359.071,14	(51.528,56)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	36.036.077,51	62.957.432,38	53.480.348,38
Aquisição em Investimentos	(3.191.478,23)	(3.326.821,40)	(920.614,10)
Aquisição em Imobilizado de Uso	(43.057,87)	(60.758,91)	(1.686.744,96)
Aplicação no Intangível	(26.813,18)	(26.813,18)	(65.946,09)
Baixa de Imobilizações de Uso	765,34	15.744,63	-
Outros Ajustes	-	-	190,73
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(3.260.583,94)	(3.398.648,86)	(2.673.114,42)
Aumento por novos aportes de Capital	2.077.840,00	4.158.835,64	4.014.554,26
Devolução de Capital à Cooperados	(1.155.954,72)	(2.316.205,96)	(2.034.342,09)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(19.018,02)	(14.786,15)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(2.143.029,73)	(2.022.369,79)
Destinação de Sobras Exercício Anterior a pagar	-	(557,93)	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(184.622,68)	(184.622,68)	(254.213,46)
FATES Sobras Exercício	-	-	(1.285.974,75)
Amortização Rateio/Perdas	(1.349.679,43)	(1.349.679,43)	-
Subscrição do Juros ao Capital	1.851.117,39	1.851.117,39	2.395.639,65
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	1.238.700,56	(3.160,72)	798.507,67
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	34.014.194,13	59.555.622,80	51.605.741,63
No início do período	353.018.839,47	327.477.410,80	275.871.669,17
No fim do período	387.033.033,60	387.033.033,60	327.477.410,80
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	34.014.194,13	59.555.622,80	51.605.741,63

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA. – SICOOB CECREMEF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA - SICOOB CECREMEF, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 17/03/1961, filiada à CCC RIO DE JANEIRO LTDA – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CECREMEF possui 5 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes locali-

dades: BOTAFOGO-RJ, CENTRO-RJ, ANGRA DOS REIS-RJ, PARATY-RJ, SÃO JOSÉ DA BARRA-MG.

O SICOOB CECREMEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela administração em 31 de janeiro de 2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/2011 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	225.334,06	218.460,89
Relações interfinanceiras	386.807.699,54	327.258.949,91
TOTAL	387.033.033,60	327.477.410,80

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos

ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de Dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

NOTA 4 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015:

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	386.807.699,54	327.258.949,91
TOTAL	386.807.699,54	327.258.949,91

NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D Cheque Especial Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	6.997.207,46	-	-	6.997.207,46	-	8.072.481,16	-
A 0,5% Normal	46.565.091,34	5.688,68	3.127.978,43	49.698.758,45	(248.493,95)	53.854.864,25	(269.274,95)
B 1% Normal	7.023.996,65	1.181.141,02	996.994,38	9.202.132,05	(92.021,32)	10.553.976,46	(105.539,76)
B 1% Vencidas	343.017,15	144,68	312.018,14	655.179,97	(6.551,80)	654.581,42	(6.545,81)
C 3% Normal	4.157.619,13	1.057.090,87	431.832,12	5.646.542,12	(169.396,26)	6.333.509,17	(190.005,28)
C 3% Vencidas	982.663,39	3.189,97	88.559,18	1.074.412,54	(32.232,38)	948.465,44	(28.453,96)
D 10% Normal	309.196,57	279.743,46	-	588.940,03	(58.894,00)	667.271,21	(66.727,12)
D 10% Vencidas	491.333,61	4.274,39	77.898,40	573.506,40	(57.350,64)	534.929,16	(53.492,92)
E 30% Normal	112.022,73	18.079,95	-	130.102,68	(39.030,80)	147.207,81	(44.162,34)
E 30% Vencidas	235.789,17	977,05	54.089,60	290.855,82	(87.256,75)	370.439,42	(111.131,83)
F 50% Normal	117.973,80	1.148,27	-	119.122,07	(59.561,04)	7.230,45	(3.615,23)
F 50% Vencidas	188.217,22	39,50	107.369,34	295.626,06	(147.813,03)	63.021,17	(31.510,59)
G 70% Normal	34.512,04	1.024,10	-	35.536,14	(24.875,30)	37.624,89	(26.337,42)
G 70% Vencidas	185.475,74	76,11	-	185.551,85	(129.886,29)	122.716,75	(85.901,73)
H 100% Normal	116.164,09	21.262,93	-	137.427,02	(137.427,02)	193.397,08	(193.397,08)
H 100% Vencidas	546.622,69	3.533,10	117.285,14	667.440,93	(667.440,93)	314.858,35	(314.858,35)
Total Normal	65.433.783,81	2.565.179,28	4.556.804,93	72.555.768,02	(829.699,69)	79.867.562,48	(899.059,18)
Total Vencidos	2.973.118,97	12.234,80	757.219,80	3.742.573,57	(1.128.531,82)	3.009.011,71	(631.895,18)
Total Geral	68.406.902,78	2.577.414,08	5.314.024,73	76.298.341,59	(1.958.231,51)	82.876.574,19	(1.530.954,36)
Provisões	(1.614.974,55)	(103.928,67)	(239.328,29)	(1.958.231,51)		(1.530.954,36)	
Total Líquido	66.791.928,23	2.473.485,41	5.074.696,44	74.340.110,08		81.345.619,83	

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Composição da carteira de crédito, segregada por faixas de vencimento

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial, Conta Garantida e provisão para crédito com liquidação duvidosa.

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	10.540.455,74	14.740.880,09	43.117.032,25	68.398.368,08
Financiamentos	680.423,87	1.550.390,26	3.083.210,60	5.314.024,73
Títulos descontados	8.534,70	-	-	8.534,70
TOTAL	11.229.414,31	16.291.270,35	46.200.242,85	73.720.927,51

(Valores expressos em reais – R\$)

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	110.500,17	638.621,99	8.534,70	757.656,86	1%
Pessoa Física	2.466.837,80	72.955.797,02	-	75.422.634,82	99%
Outros	76,11	117.973,80	-	118.049,91	0%
TOTAL	2.577.414,08	73.712.392,81	8.534,70	76.298.341,59	100%

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(1.530.954,36)	(1.500.779,89)
Constituições / Reversões no período	(931.346,98)	(484.359,59)
Transferência / Reversões para prejuízo	504.069,83	454.185,12
TOTAL	(1.958.231,51)	(1.530.954,36)

(Valores expressos em reais – R\$)

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	290.587,95	0%	236.560,48	0%
10 Maiores Devedores	2.028.853,96	3%	1.853.319,46	2%
50 Maiores Devedores	6.471.389,47	8%	6.558.154,13	8%

(Valores expressos em reais – R\$)

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	2.720.188,77	2.870.944,24
Valor das operações transferidas no período	504.069,83	454.185,12
Valor das operações recuperadas no período	(140.110,74)	(595.618,74)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(17.841,61)	(9.321,85)
TOTAL	3.066.306,25	2.720.188,77

(Valores expressos em reais – R\$)

g) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2017, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 662.625,91, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 18.134,84) e depósito recursal trabalhista (R\$ 15.254,80).

(b) Refere-se a pendências a regularizar (R\$ 102.235,98), plano de saúde a receber (R\$ 34.270,35), pendências a regularizar – Bancoob (R\$ 50.862,65), empresa conta descontos em folha (R\$ 142.389,88) e transitória – avais e fianças honrados (R\$ 29.120,34).

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a Receber	119.038,26	112.427,78
Adiantamentos e antecipações salariais	149.886,83	131.887,59
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	20.564,65	110.641,66
Adiantamentos por conta de imobilizações	78.724,45	660,00
Devedores por depósitos em garantia (a)	33.389,64	15.254,80
Impostos e contribuições a compensar	-	960,60
Títulos e créditos a receber	1.751,50	544,50
Devedores diversos – país (b)	358.879,20	593.081,71
(-) Provisões para Outros Créditos (c)	(77.221,75)	(257.221,75)
TOTAL	685.012,78	708.236,89

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 7 – OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Prêmio de seguros	18.755,06	20.409,19
Processamento de dados	2.875,59	20.513,91
Vale transportes	10.706,60	10.917,25
TOTAL	32.337,25	51.840,35

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

O saldo é, substancialmente, representado por cotas do SICOOB CENTRAL RIO, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	13.937.446,81	10.610.625,41
(Provisões para Perdas)	(3.081.000,31)	(3.081.000,31)
TOTAL	10.856.446,50	7.529.625,10

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 9 – IMOBILIZADOS DE USO

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Terrenos - Reavaliações	282.000,00	282.000,00	-
Edificações	531.458,08	531.458,08	4%
Edificações - Reavaliações	657.991,92	657.991,92	-
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(293.091,54)	(255.383,70)	-
Instalações	2.705.842,92	2.685.209,91	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(1.120.799,80)	(898.641,02)	-
Móveis e equipamentos de Uso	689.468,05	743.219,33	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(260.048,30)	(250.393,55)	-
Sistema de Comunicação	124.169,43	129.681,43	20%
Sistema de Processamento de Dados	915.491,91	919.798,05	10%
Sistema de Segurança	77.271,18	79.772,22	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(714.789,09)	(624.675,24)	-
TOTAL	3.594.964,76	4.000.037,43	

(Valores expressos em reais – R\$)

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme ao lado:

NOTA 10 – INTANGÍVEL

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros ativos intangíveis	808.802,68	781.989,50
(-) Total amortização acumulada	(718.865,20)	(687.583,98)
Total	89.937,48	94.405,52

NOTA 11 – DEPÓSITOS

São compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

São compostos também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas a prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150,12 e 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	27.251.783,27	7%	22.795.516,45	7%
10 Maiores Depositantes	52.637.722,84	14%	47.556.434,18	14%
50 Maiores Depositantes	111.277.514,88	29%	99.873.348,40	30%

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Composição das operações segregadas por tipo de depósito e clientes:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Pessoa Física	370.613.615,79	325.584.016,24
Depósito à vista	13.883.983,13	9.978.545,19
Depósito a prazo	356.729.632,66	315.605.471,05
Pessoa Jurídica	30.553.519,62	25.242.916,85
Depósito à vista	1.171.209,67	640.013,46
Depósito a prazo	29.382.309,95	24.602.903,39
TOTAL	401.167.135,41	350.826.933,09

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de pagamento	45.000,00	-
TOTAL	45.000,00	-

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos	23.608,26	4.658,54
Sociais e Estatutárias (13.1)	3.706.852,15	2.511.271,32
Fiscais e Previdenciárias (13.2)	373.111,17	374.852,15
Diversas (13.3)	3.743.569,42	4.597.287,85
TOTAL	7.847.141,00	7.488.069,86

(Valores expressos em reais – R\$)

13.2 FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	6.846,48	6.785,63
Impostos e contribuições sobre salários	307.427,16	329.766,89
Outros	58.837,53	38.299,63
TOTAL	373.111,17	374.852,15

(Valores expressos em reais – R\$)

13.3. DIVERSAS

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	3.975,43	5.327,98
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	2.750.518,52	1.676.710,41
Provisão para Passivos Contingentes (b)	354.996,51	2.323.416,21
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	147.514,56	64.341,24
Credores Diversos-País	486.564,40	527.492,01
TOTAL	3.743.569,42	4.597.287,85

(Valores expressos em reais – R\$)

(c) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 147.514,56 (R\$ 64.341,24 em 31/12/2016).

13.1. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (a)	1.414.161,57	1.286.402,99
Resultado de Atos com Não Associados (a)	438.836,14	254.213,46
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.853.854,44	970.654,87
TOTAL	3.706.852,15	2.511.271,32

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e de 5% a 30% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal R\$ 1.604.024,47 e outras despesas administrativas R\$ 1.146.494,05;

(b) O grupo de provisão para passivos contingentes, está assim composto:

Provisão para Passivos Contingentes	31/12/2017	31/12/2016
Pis (*)	-	312.009,11
Cofins (*)	-	1.835.908,89
INSS	67.814,07	55.427,45
Cível	107.494,40	38.554,64
Trabalhista	179.688,04	81.516,12
TOTAL	354.996,51	2.323.416,21

(Valores expressos em reais – R\$)

(*) conforme resposta dos assessores jurídicos, que são os responsáveis pela informação das contingências, foram classificadas perda remota a probabilidade para a exigibilidade de créditos tributários não recolhidos, referente à Pis e Cofins, considerando a vasta jurisprudência sobre não recolhimentos dos tributos para atos cooperativos. Por isso, em consonância ao pronunciamento do CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, houve a reversão dos valores no exercício.

NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CECREMEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social (R\$)	58.835.370,49	55.137.439,20
Associados	10.261	10.042

(b) Reserva de Reavaliação

Conforme Laudo de Reavaliação do Imóvel, de uso próprio do SICOOB CECREMEF, realizado e aprovado em AGE em 29 de outubro de 2007, constituiu-se Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 939.991,91, sendo para o Terreno R\$ 282.000,00 e a Edificação R\$ 657.991,91, apropriado em 480 meses e amortizado o valor mensal de (R\$ 1.958,22).

Descrição	31/12/2017
Reserva de Reavaliação - Constituída em outubro de 2017	939.991,91
Amortização 2007 a 2015	(192.520,24)
Amortização 2016	(23.498,64)
Amortização 2017	(23.499,74)
TOTAL	700.473,29

(c) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10% a 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

(d) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25/04/2017, os cooperados deliberaram pelo pagamento em conta corrente de R\$ 2.162.605,68 e aumento

do capital social com a sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 4.184,22.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	4.683.553,79	4.540.795,97
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	(184.622,68)	(254.213,46)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.498.931,11	4.286.582,51
Destinações estatutárias		
Reserva legal – 14% (2017) e 20% (2016)	(629.850,40)	(857.316,50)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - 30%	(1.349.679,43)	(1.285.974,75)
Reversão de reserva de reavaliação	23.499,74	23.498,64
Sobra à disposição da assembleia geral	2.542.901,02	2.166.789,90

NOTA 16 – RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

(a) Trata-se de deduções orientadas pelo setor tributário da Confederação do Sicoob, referente as receitas auferidas com venda de seguros, comissão sobre faturamento e antecipação de recebíveis do negócio Sipag, consideradas para efeito da apuração dos impostos federais, mas não destinadas para FATES com resultado do ato não cooperativo.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	828.443,22	443.150,83
Despesas específicas de atos não cooperativos	(83.649,29)	(30.338,19)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(253.165,65)	(106.698,31)
Resultado operacional	491.628,28	306.114,33
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	7.910,56	31.799,00
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	499.538,84	337.913,33
IRPJ/CSLL	(122.595,16)	(83.109,85)
Outras Deduções (a)	(192.321,00)	(590,02)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	184.622,68	254.213,46

NOTA 17 – PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do

Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS/RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de Encargos e Despesas	132.556,71	355.343,59	400.330,14
Ingresso de depósitos intercooperativos	14.935.471,99	34.187.254,79	40.747.382,21
Outras Rendas Operacionais	3.109.170,28	3.863.936,18	1.131.069,74
TOTAL	18.177.198,98	38.406.534,56	42.278.782,09

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS/RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de provisões passivas	(169.336,71)	(463.703,49)	-
Despesas de juros ao capital	(809.957,49)	(1.889.292,27)	(2.421.460,31)
Outras despesas operacionais	(160.416,15)	(349.562,18)	(968.053,27)
TOTAL	(1.139.710,35)	(2.702.557,94)	(3.389.513,58)

NOTA 20 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos de Capital	56.990,80	56.990,80	51.989,53
(-) Perdas de Capital	(34.100,95)	(33.335,61)	(20.190,53)
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	(15.744,63)	-
Resultado Líquido	22.889,85	7.910,56	31.799,00

NOTA 21. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como

movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são avais. Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

	Valores	% em Relação à Carteira Total
Montante das Operações Ativas	66.343,97	0,13%
Montante das Operações Passivas	267.140,00	0,26%

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	428,77	(4,29)	0%
Empréstimo	24.284,67	(121,42)	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	182.133,76	1,21%	0%
Depósitos a Prazo	4.608.883,67	1,19%	0,54%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pela Diretoria Executiva
Empréstimos	1,9%	1,9%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	135,84%	135,84%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	0,14%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	41.932,10

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes: No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(728.162,20)
Encargos Sociais	(168.894,00)
Vale refeição/alimentação	(66.921,18)

NOTA 22 - COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA - SICOOB CECREMEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco

Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CECREMEF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

NOTA 23 - GERENCIAMENTO DE RISCO

23.1 RISCO OPERACIONAL

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma

centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

a) A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

b) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

- c) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva.
 d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

23.2 RISCO DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CECREMEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB CECREMEF aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de

23.3 RISCO DE CRÉDITO

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB CECREMEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB CECREMEF aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

23.4 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CECREMEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, SICOOB CECREMEF aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo

- e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB CECREMEF possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CECREMEF possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
 (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
 (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimonial	3.148.000,00	3.438.000,00
Valores	290.000,00	290.000,00
TOTAL	3.438.000,00	3.728.000,00

NOTA 25 – ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013 compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR), totalizando o valor de R\$ 67.500.968,78, encontra-se compatível com grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2017, com percentual de índice de Basileia 40,29%.

NOTA 26 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CECREMEF, dos processos judiciais em que figura como polo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, conforme abaixo:

Processo	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cível	7	475.984,68	4	199.859,76
Tributário	4	8.712.149,03	4	7.249.123,63
TOTAL	11	9.188.133,71	8	7.448.983,39

NOTA 27 – OUTROS ASSUNTOS

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atender a plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Rio de Janeiro-RJ, 31 de dezembro de 2017

Francisco Carlos Bezerra da Silva
 Diretor Presidente
 Marcos Machado de Almeida
 Diretor Administrativo

Agliberto Cravo Barroso
 Diretor Financeiro
 Hilton Pereira da Silva
 Contador
 CRC 2706/O-9

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria Executiva e aos Cooperados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. – SICOOB CECREMEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. – SICOOB CECREMEF em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 23 de fevereiro de 2018.

Edimilson Artilha Vieira
Contador – CRC – SP 280575/O
CNAI 4726



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF**, após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações contábeis, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do parecer da auditoria externa da CNAC Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, emitido em 23/02/2018, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Cooperativa no período.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

Agildo da Silva Meireles, Celso Lopes de Oliveira, Oswaldo Farelli Ferreira, Paulo Cezar da Silva, Paulo Sérgio Montenegro da Silva e Selma Cristina Santiago Baptista.



MOVIMENTAÇÃO DO FATES – 2017

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>2017</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>2017</u>
(=) SALDO ACUMULADO 2016	1.540.616,45	ASSISTÊNCIA - ASSOCIADOS	1.178.044,74
		Concerto de Natal	23.070,67
		Bazar de Natal	5.084,08
		Programa Odontológico	94.624,85
		Projeto Qualidade de Vida	55.919,28
		Cursos Sociais	200.695,37
(+) Recebimentos	1.948.252,77	Curso Represent. Áreas Regionais	231.209,82
Atos N/Cooperativos (Lei 5.764)	184.622,68	Passeios e Eventos	308.012,58
Dos Resultados	1.349.679,43	Lajedo	259.428,09
Programa Odontológico	197.813,71		
Outras Contribuições	18.206,92	ASSISTÊNCIA - EMPREGADO	275.472,43
Passeios e Festas	158.376,97	Aux. Funcional	50.686,66
Lajedo	39.553,06	Desenvolvimento de Equipe	157.292,01
		Confraternizações - Funcionários	21.811,17
		Programa Odontológico	45.682,59
(-) Pagamento - Aplicações	1.635.871,51	DESPESA - REPRESENTAÇÃO	182.354,34
Assistência - Associado	1.178.044,74	Comunicação - Divulgação	145.987,95
Assistência - Empregado	275.472,43	Eventuais	20.366,39
Despesa - Representação	182.354,34	Patrocínio Esportivo	16.000,00
(=) SALDO FINAL	1.852.997,71	TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.635.871,51